

# O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA AO LONGO DOS ANOS POR MEIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

*THE DEVELOPMENT OF PHYSICAL EDUCATION THROUGHOUT THE  
YEARS BY PUBLIC POLICY*

Pamela Schuartz Caviquioli<sup>1</sup>  
Camila da Cunha Nunes<sup>2</sup>

**RESUMO:** A Educação Física integra o ambiente escolar a um longo tempo. No entanto, já teve diversos sentidos e significados. Diante disso, a presente pesquisa busca uma análise histórica da Educação Física no âmbito escolar ao longo dos anos, suas mudanças, objetivo e conteúdos. Desse modo, estabeleceu-se como objetivo analisar as mudanças que a Educação Física escolar teve ao longo dos anos por meio das políticas públicas. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental. A análise de dados foi baseada na relação e confronto do referencial teórico. Por meio da pesquisa realizada, percebeu-se que a Educação Física escolar passou por diversas mudanças ao longo das últimas décadas, desde seus conteúdos, objetivos e políticas públicas que a envolve.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Educação Física. Componente Curricular.

**ABSTRACT:** *Physical Education integrates the school environment for a long time. However, it already had several meanings and meanings. In view of this, the present research seeks a historical analysis of Physical Education in the school environment over the years, its changes, objective and contents. Thus, the objective was to analyze the changes that Physical School Education has had over the years through public policies. A bibliographical and documentary research was carried out. The data analysis was based on the relation and confrontation of the theoretical reference. Through the research carried out, it was noticed that the School Physical Education has undergone several changes over the last decades, from its content, objectives and public policies that involves it.*

**Keywords:** *Public policy. Physical education. Curricular component.*

## 1 INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Pós Graduação em Educação da UNIFEBE. *E-mail:* pamelacaviquioli@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora orientadora. Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). *E-mail:* camila.nunes@unifebe.edu.br

A presente pesquisa busca se aprofundar e entender o desenvolvimento da Educação Física ao longo dos anos por meio das políticas públicas implementadas, que norteiam a prática pedagógica no ambiente escolar, seja por meio de legislações ou documentos como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

“Os sistemas de ensino no Brasil padecem de um enorme centralismo e verticalização que debilitam as unidades prestadoras do serviço educacional, isto é, as escolas” (MELLO, 1991, p. 14). Além disso, “[...] é o fato de que o aparato burocrático educacional não presta contas, senão para si mesmo, dos resultados produzidos” (MELLO, 1991, p. 14).

Diante disso, a presente pesquisa busca uma análise histórica da Educação Física no âmbito escolar ao longo dos anos, suas mudanças, objetivo e conteúdos. Desse modo, estabeleceu-se como objetivo geral analisar as mudanças que a Educação Física escolar teve ao longo dos anos por meio das políticas públicas.

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Gil (2008) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, composto principalmente de livros e artigos científicos.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

De acordo com Gil (2008. p. 51), a pesquisa documental é muito semelhante com a pesquisa bibliográfica. A pesquisa documental difere da bibliográfica principalmente pela sua objetividade.

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos

científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

A análise de dados foi baseada na relação e confronto do referencial teórico. O presente artigo está apresentado, além desta introdução, nas seguintes seções e subseções: 2 A Educação Física nos séculos passados; 3 A Educação Física nas políticas públicas; Considerações Finais.

## **2 A EDUCAÇÃO FÍSICA NOS SÉCULOS PASSADOS**

A Educação Física integra o ambiente escolar a um longo tempo. Segundo Nóvoa (1994) a presença da Educação Física nas práticas escolares, no Brasil, remonta ao século XIX, e desde então ela experimenta um processo permanente de enraizamento escolar permeado por diversas mudanças, tanto envolvendo seus conteúdos, objetivos e até mesmo a formação do professor de Educação Física.

No âmbito da Educação Física, o processo de formação profissional esteve totalmente associado à Marinha, Força Pública e Exército com diferentes métodos ginásticos como o alemão e o francês, que demarcaram o processo de legitimação desse componente curricular no Brasil. As escolas de formação tiveram início nas primeiras décadas do século XX em cursos de curta duração visando à formação dos militares tendo somente como exceção o Curso Provisório de Educação Física, de 1929, ministrado pelo Exército, que aceitou inscrições de civis. Com a criação da Escola de Educação Física do Exército no Rio de Janeiro, em 1933, uma nova exceção foi realizada para o ingresso de civis, até que se criaram as escolas para estes (AZEVEDO; MALINA, 2004).

O militarismo sempre esteve presente na Educação Física, como também questões envolvendo o condicionamento físico, tanto que seu processo de formação profissional foi totalmente tem raízes nas forças militares envolvidos pelos métodos de ginástica (AZEVEDO; MALINA, 2004).

No entanto, essas práticas remontam a antiguidade, o condicionamento físico teve maior ênfase nas atividades gregas, como as lutas, ginásticas e os jogos olímpicos. Para Santin (2003) os gregos sempre cultivaram ações relacionadas à estética e práticas que fortaleciam o intelectual.

Resultante dessas influências, a Educação Física escolar já teve como intuito somente a educação do físico, ou seja, eram ressaltadas as questões de anatomia e fisiologia, dos esportes, da ginástica, desvalorizando assim as teorias e valorizando a prática pela prática. Havia também uma forte influência onde consistia a ideia de patriotismo, reforçando assim o valor da atividade física não apenas pelos militares, mas também na prática da Educação Física (CASTELLANI FILHO, 2005).

Das principais influências que marcaram e caracterizam a Educação Física ainda hoje, é necessário considerar suas origens no contexto histórico, para tanto, Ghiraldelli Júnior (2004), evidencia cinco tendências da Educação Física brasileira: Educação Física Higienista (até 1930); Educação Física Militarista (1930-1945); Educação Física Pedagógica (1945-1964); Educação Física Competitivista (pós-1964) e a Educação Física Popular.

A tendência denominada Educação Física Higienista era particularmente forte nos anos finais do Império e no período da Primeira República (1889 - 1930), tendo à questão da saúde como prioridade. Preocupava-se em instituir a Educação Física como agente de saneamento público, agindo como protagonista num projeto de assepsia social, um papel fundamental na formação de homens e mulheres sadios, fortes, dispostos à ação. Conseqüentemente, a ginástica, o desporto, os jogos recreativos etc. deveriam disciplinar os hábitos das pessoas no sentido de levá-las a se afastarem de práticas capazes de provocar a deterioração da saúde e da moral (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2004).

Na década de 1930, surge a Educação Física e a Educação Moral e Cívica como elos de uma mesma corrente, articulada para darem à prática educacional a conotação almejada e ditada pelos responsáveis pela definição da política de governo. Externava-se, com relação à Educação Física, o que Alcir Lenharo convencionou chamar de “militarização do corpo” (CASTELLANI FILHO, 2005).

Esta visava impor a toda sociedade padrões de comportamento estereotipados, frutos da conduta disciplinar própria ao regime de quartel, cujo objetivo fundamental era contribuir para uma “maximização da força e poderio da população”, para obtenção de uma juventude capaz de suportar o combate, a luta, a guerra, enfim, à formação de um “cidadão-soldado” capaz de obedecer cegamente e de servir de exemplo para o restante da juventude pela sua bravura e coragem (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2004).

A Educação Física Pedagogicista (1945-1964) ganha força no período pós-guerra (1945-1964), sustentada no liberalismo subjacente, impregnado das teorias psicopedagógicas de Dewey e da sociologia de Durkheim na busca de integrar a Educação Física como “disciplina educativa por excelência” no âmbito da rede pública de ensino (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2004).

A Educação Física Competitivista (pós 1964) tinha como objetivo a caracterização da competição e a superação individual como valores fundamentais e desejados para uma sociedade moderna, no culto do atleta-herói, aquele que a despeito de todas as dificuldades chegou ao *podium*. Sendo assim, o que representa o “desporto-espetáculo”, “desporto de alto nível”, como apêndice de um projeto que privilegia o Treinamento Desportivo (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2004).

A Educação Física popular emerge da prática social dos trabalhadores na qual o desporto, a dança, a ginástica etc. assumem um papel de promotores da organização e mobilização dos trabalhadores (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2004).

Essa visão serviu como base para busca de uma pedagogia da revolução, que dê outro sentido para a Educação Física além dos vistos até aqui, dando início a uma discussão que pode ser denominada de Educação Física progressista baseada em concepções críticas de ensino.

Estas denominadas de críticas ou progressistas passaram a questionar o caráter alienante, autoritário e excludente da Educação Física na escola, propondo um modelo de superação das contradições e injustiças sociais. Assim, uma Educação Física crítica estaria atrelada as transformações sociais, econômicas e políticas tendo em vista a superação das desigualdades sociais presente na sociedade (DARIDO, 2001).

Müller (2007) em estudo realizado sobre o século XIX sinaliza que a prática da Educação Física era totalmente diferente nas escolas. As aulas eram realizadas com todos os alunos juntos até os dez anos de idade. A partir dessa idade, os meninos eram supervisionados por homens de caráter, com o objetivo de observar desde cedo os valores masculinos. Já as meninas recebiam aulas diferenciadas, eram destinadas as aulas de costura, música, bordado, desenhos e dança como também a leitura e escrita (DEL PRIORE, 1997). Ou seja, realizava a distinção dos sexos nas aulas, fazendo com que os meninos tivessem objetivos a serem alcançados diferentes dos das meninas.

Atualmente os PCN (BRASIL, 1997) abordam o assunto sobre as aulas de Educação Física e diferenças entre meninos e meninas pedindo para haver um cuidado especial, relatando que muitas das distinções são determinadas social e culturalmente e decorrem, para além das vivências anteriores de cada aluno, de preconceitos e comportamentos estereotipados.

Isso mostra como uma vasta experiência/história e mudanças em relação a seus conteúdos formados pelas diversas manifestações corporais criadas pelo ser humano ao longo dos anos envolvem a Educação Física, sendo elas os jogos, danças, brincadeiras, esportes, ginásticas, lutas, entre vários outros. Este conjunto de práticas é nomeado de cultura corporal de movimento e pelo fato de se tratar de um conjunto de conhecimento variado e riquíssimo, podemos aplicá-lo no ambiente escolar, tendo em vista que este é o novo rumo em que se encontram os objetivos da Educação Física escolar, na qual vêm se renovando e buscando desenvolver propostas pedagógicas que considerem esse novo papel atribuído à Educação Física, qual seja, a integração do aluno na esfera da cultura corporal de movimento (BETTI, 1991).

### **3 A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Sabe-se que as aulas de Educação Física são de extrema importância, pois segundo Brah (1996) as mesmas devem assumir um papel de introduzir e integrar o aluno na cultura corporal de movimento, assim formando um cidadão que irá produzir, reproduzir e transformar quem vai usufruir do esporte, das

atividades rítmicas, dança, ginástica e práticas de aptidão física em benéficos da qualidade de vida.

Atualmente os objetivos e as legislações voltadas para o componente curricular de Educação Física se diferem dos anos passados. De acordo com a LDB (BRASIL, 1961) a Educação Física era obrigatória nos cursos do primário e médio, até a idade de 18 anos.

Em 1968, as instituições de Ensino Superior deveriam estimular as atividades de Educação Física e de desportos, mantendo, para a efetivação deste princípio orientação adequada e instalações especiais (BRASIL, 1968). Em 1969, é decretada pelo Presidente da República que é obrigatória a prática da Educação Física em todos os níveis e ramos de escolarização, com predomínio esportivo no Ensino Superior, já os cursos em períodos noturnos tinham direito a dispensa da prática da Educação Física (BRASIL, 1969. ). Em 1971 é sancionado que os períodos noturnos são dispensados da prática, não sendo obrigatória (BRASIL, 1971).

No ano de 1996 a Educação Física, incluída à proposta pedagógica escolar, passa a ser elemento curricular da Educação Básica, mas somente em 2001 a palavra obrigatória no currículo passa a entrar em vigor, sendo facultativa no período noturno (BRASIL, 1996, 2001). A partir desta redação a Educação Física ganha maior reconhecimento no ambiente escolar e passa a ter um sentido pedagógico. Parte desse resultado deve-se as discussões realizadas sobre os conceitos, condições de ensino e formação de professores que passaram a fazer parte deste processo de compreensão e de construção de metodologias que embasam a práxis nos diversos âmbitos de espacialização da Educação Física (NEIRA, 2010).

A partir de 2003, os educandos que cumpram jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; possuem idade maior que 30 anos; estão prestando serviço militar, ou atividade similar em que realize a prática de Educação Física; se enquadre em casos excepcionais; ou que tenham prole, podem ter a prática das aulas de Educação Física facultativa (BRASIL, 2003). Isso significa que somente a parte prática, deixa de realizar, entendendo-se a prática como a vivência que envolve determinadas ações motoras. No entanto, não significa que ele não participe das aulas.

Em 2016 a Educação Física, incluída à proposta pedagógica da escola, manteve-se componente curricular obrigatório apenas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, sendo sua prática facultativa ao aluno que se enquadra-se nas especificidades descritas anteriormente (BRASIL, 2016).

No entanto, não durou por muito tempo essa modificação determinada pela Medida Provisória em 2016, logo ela foi revogada, retornando a mesma redação de Brasil (2003) em que “[...] a educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: [...], descritos anteriormente.

No que refere-se a prática pedagógica dos professores, são muitas as propostas que norteiam a Educação Física, seus conteúdos e currículo após a mesma se tornar obrigatória na educação básica. A palavra conteúdo é muito usada no ambiente escolar, mas sua compreensão é muitas vezes precipitada. Além do mais, por exemplo, na BNCC (BRASIL, 2018) adota-se a nomenclatura Unidades temática que possuem uma compreensão ampliada, indo além de conteúdos.

Darido (2001), a partir de outros autores, compreende que de forma ampla, conteúdo são formas ou saberes culturais, habilidades, explicações, linguagens, raciocínios, valores, etc., onde a aquisição de conhecimento e assimilação é de suma importância para o aumento da socialização adequada do aluno na escola.

Ao se pensar nos conteúdos a serem aplicados, deve-se levar em consideração desde a realidade da comunidade envolvida até mesmo sua faixa etária. De acordo com Wortmann (2002), a análise cultural verifica itens à procura dos modos de significação que os discursos veiculam e que influenciam nossas maneiras de ver as coisas do mundo. Ademais, Brasil (1996) sinaliza que os currículos das etapas da educação básica:

[...] devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

O que acarreta pensar cada realidade de forma diferente, considerando as suas especificidades, não se podendo homogeneizar e determinar uma mesma forma de pensar, desenvolver, estabelecer e envolver.

Na área da Educação Física, Daólio (2002) é um dos que se posiciona referente à sistematização dos conteúdos e sobre o currículo. Acredita ser um equívoco pensar que todas as escolas devam atuar com um mesmo currículo fechado e inflexível, sem levar em consideração as circunstâncias no qual está inserida, tendo como opinião a não concordância com sistematização de conteúdos. Porém, o autor argumenta a necessidade de haver planejamentos quando os mesmos são modelos a serem seguidos, mas não sendo eles uma verdade absoluta, sendo necessária atualização regularmente, onde sejam debatidos e produzidos com os educandos.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCNs (BRASIL, 1998), baseados em Zabala (1998), os conteúdos podem ser retratados conforme suas categorias, sendo elas: conceitual relacionado a fatos, princípios e conceitos, ou seja, a Educação Física além dos conteúdos de regras, recordes, táticas e história e além da compreensão de como o exercício funciona e como nosso organismo reage diante disto. Já a categoria procedimental está associada à execução e aprendizado do esporte em si, das regras dos esportes entre outras. E a categoria atitudinal é relacionada a atitudes, valores e normas. É discutida por meio de leituras, debates, discussões, vivências em atividades que norteiam assuntos como a cooperação, violência, a competição, o coletivo e o respeito e como tudo isso faz parte da cultura corporal de movimento e na sociedade.

Os PCN (BRASIL, 1997), categorizam os conteúdos escolares em três categorias: Esportes, Jogos, Lutas e Ginástica; Atividades Rítmicas e Expressivas; e Conhecimentos sobre o Corpo. As categorias têm conteúdos em comum, por isso, relacionam-se e articulam-se, mas cada um resguarda suas particularidades.

Quanto à forma e critérios de avaliação, os PCN (BRASIL, 1997) destacam que a mesma deve ser algo útil, tanto para o educando como para o docente, para que ambos possam mensurar o desenvolvimento e as dificuldades que envolvem o processo de ensino e aprendizagem para maiores resultados positivos, não levando somente em consideração os aspectos de

aptidão física e biofisiológicos, mas também levar em grande consideração que cada indivíduo possui sua individualidade, limites e possibilidades pessoais.

A BNCC (BRASIL, 2017) também indica as práticas corporais como parâmetro para a configuração dos conhecimentos em Educação Física, envolvendo danças brincadeiras e jogos, esportes, ginásticas, lutas e práticas corporais de aventura, contemplando a cultura e cultura corporal do movimento.

A cultura é compreendida, na BNCC (BRASIL, 2017) como qualquer comportamento social que manifesta ou comunica um significado, tanto para quem está envolvido e constrói quanto para quem somente observa, aprecia e utiliza. Sendo assim, a cultura está em meio às relações sociais onde grupos e pessoas disputam o significado que será conferido a um determinado artefato. Logo, a cultura é um campo de lutas pela significação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Educação Física escolar passou por diversas mudanças ao longo das últimas décadas. No passado, suas aulas eram voltadas com o intuito de ressaltar questões como a anatomia, fisiologia, esportes e ginástica, sendo assim, eram valorizados a prática pela prática. Já no século XIX, o foco das aulas para meninas era ensinamentos para serem futuras donas de casa, bordadeiras, cozinheiras e boas mães. Já para os meninos, o objetivo era que desde cedo eles aprendessem os valores masculinos.

Atualmente, as aulas de Educação Física têm como principal objetivo diversificadas vivências, que venham contribuir no melhor desenvolvimento dos educandos, não tendo como foco uma aula esportista ou que separe o aluno por etnia, sexo e religião, mas sim, uma aula na qual os alunos não vejam diferenças entre si, diferenças essas de caráter socioeconômico, cognitivo, afetiva e social.

Desde 1961 a Educação Física já se faz presente nas escolas e desde então sofreu mudanças quanto sua intencionalidade, mudanças na qual tornaram a disciplina obrigatória no âmbito escolar, tendo em vista que somente no ano de 2001 passou a se utilizar o termo obrigatório nas escolas, o que é um grande avanço, mas não faz com que a desvalorização da mesma

seja modificada, nem são as políticas públicas que permitirá alcançar a qualidade da educação que todos desejamos e necessitamos.

As políticas públicas existem para nos orientar e nos dar um norte para o caminho a ser seguido, mas se não houver uma democratização das relações dentro da escola, participação efetiva da comunidade no âmbito escolar, valorizar o conhecimento e bagagem que cada educando possui e os professores não se entregarem como sujeitos do processo de ensino e aprendizagem, muitos objetivos ficarão somente no papel. Como sugestão para futuras pesquisas, indica-se aprofundamentos nas questões voltadas para políticas públicas e pesquisas com professores que lecionam aulas há diversos anos, para maior percepção dos mesmos em relação às mudanças que aconteceram.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A. C. B.; MALINA, A. Memória do currículo de formação profissional em educação física no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências e Esportes**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 129-142, jan. 2004.

BETTI, M. **Educação Física e sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.

BRAH, A. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Unicamp: Cadernos Pagu, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física**, 3o e 4o ciclos. Brasília, 1997. v. 7.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física**, 3o e 4o ciclos. Brasília, 1998. v. 7.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, 2003.

BRASIL. **Lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961**. 1961. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm)>. Acesso em: 25 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. 1968. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5540.htm#art40b](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5540.htm#art40b)>. Acesso em: 25 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)>. Acesso em: 04 dez. 2018.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: A história que não se conta.** 11. ed. Campinas: Papirus, 2005.

DAÓLIO, J. **A cultura da/na Educação Física.** 2002. 112 f. Tese (Livre docência) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

DARIDO, S. C. Os Conteúdos da Educação Física Escolar: influências, tendências, dificuldades e possibilidades. **Perspectivas em Educação Física Escolar**, Niterói, v. 2, n. 1, p. 5-25, 2001.

DEL PRIORE, M. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o império. In: FREITAS, M. C. de (Org.). **História social da infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1997.p. 7-12.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **Educação física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira.** 9. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

MELLO, G. N. Políticas públicas de educação. **Estudos avançados**, v. 5, n. 13, 1991.

MÜLLER, V.R. **História de crianças e infâncias: registros, narrativas e vida privada.** Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

NEIRA, M. G. **Ensino de Educação Física.** São Paulo: Cengage Learning, 2010.

NÓVOA, António. **“História da educação: Perspectivas atuais”.** 1994. (Mimeo)

SANTIN, S. **Uma abordagem filosófica da corporeidade.** 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2003.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

WORTMANN, M. L. C. Análises culturais - Um modo de lidar com histórias que interessam à educação. In: Costa M. V. (Ed.). **Caminhos investigativos II:**

outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro:  
Lamparina; 2002. P. 71-90.